

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### REQUERIMENTO Nº DE 2006

(Do Sr. Antonio Carlos Pannunzio)

*Solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Senhor Silas Rondeau Cavalcante Silva, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos sobre o contrato firmado pela Petrobrás com o governo da Bolívia*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário, sejam adotadas as providências necessárias para realização de Audiência Pública, expedindo-se convite ao Excelentíssimo Senhor Silas Rondeau Cavalcante Silva, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o acordo firmado pela Petrobrás com o governo da Bolívia.

### JUSTIFICAÇÃO

O jornal “Estadão” de 31/10/06, publicou matéria sob o título: “Petrobrás cede tudo”, segundo o qual o contrato firmado contraria os interesses da Petrobrás.

De acordo com a matéria, “o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim endossaram publicamente a posição da Petrobrás, afirmando que, se o contrato que estava sendo negociado não fosse favorável, a estatal brasileira encerraria suas operações na Bolívia e reivindicaria seus direitos nas cortes internacionais”.

Na sexta-feira, houve um abrandamento da posição inicialmente defendida pelo presidente da Petrobrás e, no sábado, véspera do segundo turno das eleições presidenciais, o

presidente Evo Morales anunciou a assinatura de um contrato que contraria os interesses da Petrobrás.

Ainda de acordo com a reportagem: “Alega a Petrobrás que três razões a levaram a aderir ao novo contrato: a garantia de retorno na operação dos dois campos; a manutenção de uma posição estratégica na Bolívia, onde grandes reservas ainda podem ser exploradas; e a necessidade de garantir o abastecimento de gás para a indústria brasileira. Ora, sem a possibilidade de administrar os campos – a YPFB determinará o fluxo de extração e os investimentos a serem feitos –, o retorno do capital lá aplicado será lento e, sobretudo, inseguro. Com a nacionalização das reservas, simplesmente não existe "posição estratégica" a ser considerada – a menos que a Petrobrás conte com a falência do modelo instituído por Evo Morales. E o fornecimento de gás para o Brasil poderia ser feito por qualquer empresa prestadora de serviços contratada pela Bolívia.”

Considerando esta negociação entre a Petrobrás e o governo do Bolívia estar inserida dentre as matérias de interesse público relevante, ora requeiro a esta Comissão a realização de Audiência Pública para o aprofundamento da análise do contrato firmado, bem como de suas implicações reais para o Brasil.

Sala da Comissão, em    de novembro de 2006

**Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO**  
**PSDB/SP**